



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

**ATA DE REUNIÃO – Comissão de Segurança Hídrica**

**São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.**

Teve lugar no dia 22 de fevereiro do ano de 2022, das 16h00 às 17:30h, por ferramenta virtual, a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Hídrica.

Participaram da Reunião: José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto da SMUL; Irineu Gnecco Filho, da SEGES; Cintia Sanches, da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito, Marcos A. Santos Romano e Ivan Shirahama Loureiro de Lima, de SEHAB; Marcia Maria de Cerqueira Lima e Patricio Gomes Moreira, de SMS; Magali Antonia Batista, da Covisa – SMS; Mauricio Morais Tonin, da PGM; Sun Alex, de SVMA / PPU; Thor Saad Ribeiro, de SGM; Marco Antonio Palermo e Breno Eitel Zylbersztajn, de SP Urbanismo; Pedro Luiz de Castro Algodal, da SP Obras; Helio Cesar Suleiman, da Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê; Vanessa L. N. Dias, do SindusConSP / CBH-AT; Pedro Caetano Sanchez Mancuso, da USP – Faculdade de Saúde Pública; Renato Mattos Zuccolo, da Instituto de Engenharia; José Luiz De Carra, Consultor; Carlos De Nicola, do IAS; Mauricio Ramos de Oliveira, da Aliança pela Água; Cesar Pegoraro, da Rede Águas - SOS Mata Atlântica; Roseane Garcia Lopes de Souza, da ABES e Hugo S. de Oliveira.

Marco Palermo apresentou a pauta da reunião: dar continuidade à construção e validação dos indicadores para o Relatório de Segurança Hídrica, previsto na legislação e passou a palavra ao Secretário Adjunto José Armênio de Brito Cruz

José Armênio de Brito Cruz destacou a relevância dos trabalhos da Comissão de Segurança Hídrica, sua contemporaneidade frente às mudanças climáticas e eventos extremos e destacou a importância dos trabalhos da Comissão na construção de uma instância hídrica para a Cidade.

Breno Zylbersztajn deu início à exposição do indicador de densidade de obstruções da rede coletora de esgoto sendo aquele que mede a descontinuidade do fluxo no sistema de esgotamento sanitário, por quantidade de desobstruções por 100 km de rede coletora e periodicidade mensal. Sem questionamentos, avançou para o índice de ligação por empregado, indicador que mede a evolução da efetividade no negócio, constante no contrato SABESP, com periodicidade anual.

Ivan Shirahama questionou a relevância do Índice de ligação por empregado da SABESP.

Carlos de Nicola sugeriu que seja elaborado Plano de Trabalho para dar sequência à construção e validação dos indicadores para o Relatório de Segurança Hídrica. O Coordenador da Comissão solicitou que fosse apresentada até a próxima reunião contribuição nesse sentido por parte dos representantes da sociedade civil.

Breno Zylbersztajn avançou para o Índice de utilização de Infraestrutura de Tratamento de Água, que acompanha o grau de utilização das Estações de Tratamento de Água, e Índice de Utilização de Infraestrutura de Tratamento de Esgotos, que acompanha o grau de utilização



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

das Estações de Tratamento de Esgoto, expressos em porcentagem, com periodicidade anual. Sem questionamento, avançou para o índice de Investimento em Saneamento, que expõe o percentual dos investimentos realizados em saneamento, com periodicidade quadrienal, para auxiliar tomadas de decisão do Comitê gestor do contrato. Sem questionamentos, avançou para o índice de Reclamações por Economia, que mede as reclamações quanto à prestação dos serviços de água e esgoto no município, de periodicidade mensal, e unidade expressa por 1.000 economias; em seguida apresentou o indicador Tempo Médio de Espera, que mede a prontidão do sistema de atendimento telefônico, medido em minutos e de periodicidade diária. Sem questionamentos, avançou para o Índice de Apuração de Consumo, aquele que mede a eficiência da leitura em percentual e com periodicidade mensal.

Marco Palermo expõe a divisão de blocos temáticos dos indicadores, finalizando o Bloco temático dos indicadores que constam no contrato SABESP e seguindo para o Bloco 2, com indicadores propostos por integrantes da Comissão.

Breno Zylbersztajn avançou para a exposição do Índice de Segurança Hídrica, composto por uma série de parâmetros a serem detalhados, tais quais: demanda x disponibilidade.

Marco Palermo informou que a SABESP dispõe desse índice expresso no contexto da RMSP, devendo ser discretizado seguindo os conceitos que a SABESP utiliza para as Unidades Hidrográficas da Cidade de São Paulo.

Breno Zylbersztajn avançou para os indicadores de número de beneficiados por tarifa social e número de beneficiados por tarifa favela, com periodicidade mensal e número absoluto.

Marco Palermo apontou que a prestadora SABESP não utiliza o CadÚnico para cadastro e inclusão de beneficiários em ambos os programas, não refletindo assim, a real demanda existente na cidade de São Paulo. Thor Saad comentou da relevância conceitual em considerar o indicador por refletir desafios das populações mais vulneráveis em obter acesso ao serviço e não apenas refletir o território dotado ou não de infraestrutura de saneamento. José Luiz De Carra destacou a relevância do indicador ao permitir quantificar a população que teria direito à política pública e, no entanto, permanece sem acesso às tarifas sociais.

Marco Romano sugere que as informações, quando georreferenciadas, poderiam ser inseridas no GeoSampa ou no HabitaSampa.

Thor retomou a palavra e avançou para o indicador Ações do Programa Água Legal, indicador de acompanhamento da política de acesso aos serviços de abastecimento de água. Marco Palermo destacou neste programa a responsabilidade da prestadora realizar a instalação hidráulica e sanitária dentro do domicílio.

Cesar Pegoraro comentou da relevância da transparência dos dados dos contratos de demanda firme de garantia plena dos serviços com tarifas reduzidas para hospitais, corpo de bombeiros, shoppings, condomínios e outros empreendimentos.



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

Breno Zylbersztajn avançou para o indicador de Custo de Operação e Manutenção de Água e Custo de Operação e Manutenção de Esgoto. A discretização dos custos de operação e manutenção do sistema existente seria dada posteriormente e expresso em R\$/m<sup>3</sup>. José Luiz De Carra ressaltou a importância de aferir o preço do produto da prestadora frente a uma possível licitação dos serviços. Marco Palermo complementou ser necessária discretização, da forma mais apropriada possível, dos custos por sistema produtor. Tratando-se, portanto, de um indicador importante para definição da política de expansão dos sistemas produtores, e nortear o planejamento a médio e longo prazo.

Mauricio Ramos de Oliveira questionou a governança da tomada de decisão frente à expansão dos sistemas produtores, e dos investimentos decorrentes. Marco Palermo explicou a função da Comissão Temática paritária de Investimentos e Metas que define, a cada quatro anos, proposta de investimentos e metas do contrato de prestação de serviços.

Breno Zylbersztajn avançou para o indicador Custo de Expansão, o custo marginal de expansão é o custo associado ao atendimento de uma demanda adicional de água (m<sup>3</sup>). José Luiz Carra explicou o indicador como custo da expansão que prioriza as obras pelo valor de investimento frente à projeção de demanda futura.

Breno Zylbersztajn avançou para o indicador de Custo do Déficit, sendo a medida do valor da água ou da falta dela para a sociedade, associada à magnitude do impacto das restrições no fornecimento de água na produção econômica do município. José Luiz Carra explicou que se trata da medição do impacto econômico da falta d'água, em valores tangíveis ou não, para auxiliar a definição da melhor expansão possível.

Encerrada a reunião, Palermo solicitou que se anexe à ATA da presente reunião a planilha de indicadores compactuados. A reunião ordinária seguinte ficou marcada para o dia 22/03/2022.